

Boa Vista Serviços S.A.

Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500
Fax 55 (11) 3940-1501
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Boa Vista Serviços S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Boa Vista Serviços S.A. (ou “Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração da Sociedade, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Boa Vista Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentada para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, sem modificações, datado de 12 de março de 2015.

São Paulo, 30 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

Boa Vista Serviços S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2015	31.12.2014	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31.12.2015	31.12.2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.539	1.632	Fornecedores	8	38.331	30.368
Contas a receber	4	80.756	62.650	Empréstimos e financiamentos	9	8.366	9.058
Estoques	5	567	-	Debêntures	10	18.958	2.634
Partes relacionadas	12	236	1.327	Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais	11	19.202	19.592
Impostos a recuperar		2.342	7.245	Impostos a recolher		7.156	6.530
Outros ativos		<u>4.653</u>	<u>3.177</u>	Partes relacionadas	12	15.940	2.854
Total do ativo circulante		<u>91.093</u>	<u>76.031</u>	Adiantamentos de clientes		5.242	5.630
				Outras contas a pagar		<u>2.222</u>	<u>1.982</u>
Não circulante				Total do passivo circulante		<u>115.417</u>	<u>78.648</u>
Impostos a recuperar		628	-				
Depósitos judiciais		1.161	765	Não circulante			
Tributos diferidos	15	20.327	12.548	Debêntures	10	111.122	74.273
Imobilizado	6	27.832	24.132	Partes relacionadas	12	1.421	-
Intangível	7	413.778	372.447	Empréstimos e financiamentos	9	21.347	8.325
Investimentos		<u>839</u>	<u>839</u>	Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	13	12.692	13.935
Total do ativo não circulante		<u>464.565</u>	<u>410.731</u>	Outras contas a pagar		<u>278</u>	<u>287</u>
				Total do passivo não circulante		<u>146.860</u>	<u>96.820</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	14.a)	142.127	142.127
				Reservas de capital	14.b)	144.658	142.608
				Reservas de lucros - legal	14.c)	2.329	2.329
				Reservas de lucros - lucros retidos	14.c)	<u>4.267</u>	<u>24.230</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>293.381</u>	<u>311.294</u>
Total do ativo		<u>555.658</u>	<u>486.762</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>555.658</u>	<u>486.762</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Boa Vista Serviços S.A.

Demonstrações do resultado

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Nota explicativa	31.12.2015	31.12.2014
Receita líquida de serviços	16	505.505	457.793
Custo dos serviços prestados	17	(343.935)	(287.121)
Lucro bruto		<u>161.570</u>	<u>170.672</u>
Despesas operacionais			
Com vendas	17	(77.237)	(84.491)
Gerais e administrativas	17	(91.726)	(92.166)
Outras receitas (despesas) operacionais	17	(225)	2.337
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		<u>(7.618)</u>	<u>(3.648)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	1.698	1.881
Despesas financeiras	18	(21.822)	(10.265)
		(20.124)	(8.384)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(27.742)</u>	<u>(12.032)</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	15	-	-
Diferidos	15	7.779	3.273
		<u>7.779</u>	<u>3.273</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u>(19.963)</u>	<u>(8.759)</u>
Prejuízo básico por ação - R\$	19	(169,68)	(74,45)
Prejuízo diluído por ação - R\$	19	(166,05)	(73,49)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Boa Vista Serviços S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais - R\$)

	31.12.2015	31.12.2014
Prejuízo líquido do exercício	(19.963)	(8.759)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(19.963)</u></u>	<u><u>(8.759)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Boa Vista Serviços S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais - R\$)

Nota explicativa	Reservas de capital				Reservas de lucros			Total
	Capital social	Bônus de subscrição	Ágio e valor justo de combinação de negócios	Plano de opção com base em ações	Reserva legal	Retenção de lucros/prejuízos	Prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	142.127	1	136.330	3.941	2.329	32.989	-	317.717
Plano de opção com base em ações	-	-	-	2.336	-	-	-	2.336
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(8.759)	(8.759)
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	(8.759)	8.759	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>142.127</u>	<u>1</u>	<u>136.330</u>	<u>6.277</u>	<u>2.329</u>	<u>24.230</u>	<u>-</u>	<u>311.294</u>
Plano de opção com base em ações	-	-	-	2.050	-	-	-	2.050
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(19.963)	(19.963)
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	(19.963)	19.963	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>142.127</u>	<u>1</u>	<u>136.330</u>	<u>8.327</u>	<u>2.329</u>	<u>4.267</u>	<u>-</u>	<u>293.381</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Boa Vista Serviços S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais - R\$)

	31.12.2015	31.12.2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(27.742)	(12.032)
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	106.049	88.964
Despesas financeiras sobre empréstimos e financiamentos	19.428	8.973
Custos sobre empréstimos e debêntures apropriados	352	150
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.380	717
Provisão para perdas em contingências	2.405	7.814
Baixa do ativo imobilizado e intangível	200	145
Plano de opções em ações	2.050	2.336
Programa de participação nos resultados - PPR	6.985	6.420
Outros ajustes de reconciliação do caixa	(446)	2
Variação nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(19.959)	(5.818)
Estoque	(567)	-
Partes relacionadas	1.091	413
Impostos a recuperar	4.275	(3.441)
Outros ativos	(1.872)	(665)
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	7.963	(883)
Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais	(7.375)	(7.014)
Impostos a recolher	626	625
Partes relacionadas	(2.547)	(2.045)
Adiantamento de Clientes	531	(1.977)
Outras contas a pagar	231	(432)
Pagamento para contingências	(3.648)	(2.685)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	89.410	79.567
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	89.410	79.567
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de intangíveis e imobilizado	(141.590)	(111.774)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(141.590)	(111.774)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	62.530	75.000
Pagamento de empréstimos e debêntures	(11.011)	(28.211)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(13.432)	(7.339)
Mútuo com partes relacionadas	15.000	(11.087)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	53.087	28.363
Redução de caixa e equivalentes de caixa	907	(3.844)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.632	5.476
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.539	1.632
Redução de caixa e equivalentes de caixa	907	(3.844)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Boa Vista Serviços S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade de capital fechado, com sede na Rua Boa Vista, 51- 5º. andar, cidade de São Paulo, foi fundada em 4 de março de 2010 e iniciou suas operações em 1º de novembro de 2010 com o propósito de negócios e atividades de:

(a) prestação de serviços em geral para suporte à atividade creditícia e de proteção ao crédito, incluindo consultoria, desenvolvimento de sistemas e projetos e elaboração e venda de pesquisas; (b) desenvolvimento e exploração comercial de soluções de meios de pagamento em geral, incluindo a mercadologia, o comportamento de consumidores ou quaisquer outras soluções comerciais originadas do banco de dados, do “know-how” e da capacidade de distribuição, bem como quaisquer produtos, serviços e soluções oferecidos por concorrentes da Sociedade; (c) cessão, desenvolvimento, licença, sublicença e distribuição de direito de uso de software; (d) elaboração de programas de computador; (e) suporte técnico em informática, incluindo instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados; (f) processamento de dados; (g) assessoria e consultoria em informática; e (h) participação em outras sociedades, como acionista ou cotista, no Brasil ou no exterior.

Em novembro de 2013 a Sociedade foi credenciada pelo ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação como uma Autoridade Certificadora (“AC”) responsável por emitir, distribuir, renovar, revogar e gerenciar certificados digitais.

2 Principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nos pronunciamentos, nas interpretações e nas orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que já foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras da Sociedade foram aprovadas para divulgação pela Diretoria e envio ao Conselho de Administração em 23 de março de 2016.

2.3 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Sociedade, bem como a divulgação de informações sobre os dados de suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à avaliação do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, à determinação da provisão para perdas em

contingências cíveis e fiscais, à determinação da vida útil dos bens do imobilizado, da realização do imposto de renda e da contribuição social diferidas e ao “impairment” sobre o ativo imobilizado, intangível e ágio. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às probabilidades inerentes ao processo de estimativa. A Sociedade revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

2.4 Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

As práticas contábeis adotadas pela Sociedade permitem que instrumentos financeiros sejam classificados sob as seguintes categorias: **(i)** Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado; **(ii)** empréstimos e recebíveis; **(iii)** mantidos até o vencimento; e **(iv)** disponíveis para venda. A classificação depende da origem dos instrumentos ou da finalidade para a qual os instrumentos financeiros são adquiridos. A classificação dos instrumentos financeiros é efetuada no reconhecimento inicial da operação.

- (i) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado*
São mensurados ao valor justo por serem gerenciados pela Sociedade desta forma. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado do exercício.
- (ii) Empréstimos e recebíveis*
Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Estão incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). São contabilizados pelo custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.
- (iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento*
Estes ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida no resultado do exercício.
- (iv) Ativos financeiros disponíveis para venda*
São designados nessa categoria os instrumentos financeiros que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra patrimônio, na conta ajustes de avaliação patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente.

Valor justo

Os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Sociedade analisa o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem: (a) o uso de operações recentes contratadas com terceiros; (b) a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares; e (c) a análise de fluxos de caixa descontados; tais técnicas fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado.

Caso haja evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor superior ao seu valor recuperável, é constituída uma provisão para ajuste a valor justo, que é calculada com base no diferencial das taxas de juros dos créditos e naquelas negociadas no mercado, para ativos com características semelhantes em relação aos seus riscos.

2.5 Bases de consolidação e investimentos em controladas

A Sociedade é controladora da empresa TPC - Soluções em Informática Ltda. - EPP (“TPC”). As informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Foram consultados os proprietários incluindo aqueles sem direito a voto e esses não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Atualmente a empresa é não operacional e está em fase de encerramento de suas atividades junto aos órgãos reguladores.

Quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Sociedade.

2.6 Reconhecimento de receitas

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

Os recebimentos antecipados de prestações de serviços são registrados na rubrica “Adiantamentos de clientes” e reconhecidos no momento em que os serviços são efetivamente prestados.

2.7 Lucro/Prejuízo básico e diluído por ação

O lucro/prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

O lucro/prejuízo diluído por ação é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Sociedade tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações.

2.8 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Sociedade.

2.9 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.10 Contas a receber

Representadas pelos valores nominais dos títulos a receber de clientes por serviços prestados na área de informações de pessoas físicas e jurídicas, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A Administração determinou a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na estimativa de riscos de realização de créditos vencidos há mais de 30 dias. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber.

2.11 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação inicia-se quando os ativos estão prontos para o uso pretendido.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.12 Intangível

a. Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida e de outros instrumentos de patrimônio adquiridos/trocados. Se a adquirente apurar deságio, este deve ser reconhecido na demonstração do resultado, na data de aquisição. O ágio é testado anualmente ou, com maior frequência, caso as circunstâncias indiquem que houve redução em seu valor recuperável, para verificar prováveis perdas (“impairment”), e contabilizado pelo seu valor de custo, menos as perdas acumuladas por “impairment”, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

b. Base de dados, programas de computador (softwares) e desenvolvimento de projetos internos

O intangível inclui gastos com aquisição de sistemas de computação e base de dados. Com respeito a aquisição de base de dados, estas são adquiridas principalmente de cartórios, para a formação de base de dados utilizadas em produtos oferecidos pela Companhia a seus clientes e são capitalizadas pois a utilização destas informações gera benefícios econômicos futuros.

Estes ativos são amortizáveis pelo método linear às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 7, que levam em consideração a vida útil desses ativos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos, controlados pela Sociedade, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software/projeto para que esteja disponível para uso ou venda.
- A Administração pretende concluir o software/projeto e usá-lo ou vendê-lo.
- O software/projeto pode ser vendido ou usado.
- O software/projeto gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados.
- Recursos técnicos e financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software/projeto.
- O gasto atribuível ao software/projeto durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Os custos com desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com o desenvolvimento de software/projeto reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 7.

2.13 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.14 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. São mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

2.15 Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e é, subsequentemente, demonstrado pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que a operação esteja em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

2.16 Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

2.17 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

A provisão para imposto de renda foi constituída com base na legislação fiscal vigente à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 (R\$20 por mês). A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais negativas correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa de IR e CSLL, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada exercício de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

2.18 Arrendamento mercantil financeiro

O arrendamento no qual a Sociedade detém, substancialmente, todos os riscos e recompensas da propriedade é classificado como arrendamento financeiro. Este é capitalizado no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante, de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2015	31.12.2014
Caixa	15	20
Bancos conta movimento	366	317
Aplicações financeiras (*)	2.158	1.295
Total	2.539	1.632

(*) Representam aplicações compromissadas, remunerada a taxa de 90% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor e possui liquidez imediata.

4 Contas a receber

	31.12.2015	31.12.2014
Clientes por serviços de informações prestados	80.952	63.465
Contas a Receber - Partes Relacionadas (a)	2.049	1.458
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.245)	(2.273)
Total	80.756	62.650

(a) Referem-se a prestação de serviços de consulta de dados dos acionistas.

O “contas a receber” é um instrumento financeiro classificado como empréstimos e recebíveis.

A composição dos saldos de contas a receber, por data de vencimento, está assim apresentada:

	31.12.2015	31.12.2014
A vencer	68.757	60.015
Vencidos:		
Até 30 dias	10.293	2.635
De 31 a 60 dias	1.954	975
De 61 a 90 dias	416	329
De 91 a 120 dias	453	240
De 121 a 150 dias	634	218
De 151 a 180 dias	208	220
Acima de 181 dias	286	291
Total	83.001	64.923

A Administração determinou a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na estimativa de riscos de realização de créditos vencidos há mais de 30 dias.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.273
Constituição de provisão	1.380
Créditos baixados no exercício	(1.408)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.245

5 Estoques

O saldo de estoques em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$567, refere-se aos insumos para venda dos certificados digitais (cartões, leitoras e tokens).

6 Imobilizado

	Taxa média anual - %	31.12.2015			31.12.2014
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	3.531	(3.188)	343	1.304
Máquinas e equipamentos	10	1.571	(1.103)	468	682
Instalações	10	97	(47)	50	64
Móveis e utensílios	10	1.542	(665)	877	1.014
Veículos	20	-	-	-	230
Equipamento de informática	20	18.692	(12.309)	6.383	5.748
Arrendamento de equipamentos	20	29.786	(10.800)	18.986	13.226
Imobilizado em andamento		725	-	725	1.864
Total		55.944	(28.112)	27.832	24.132

As obrigações da Sociedade assumidas por meio de contratos de arrendamento financeiro dos equipamentos de “mainframe” estão garantidas pela titularidade do arrendador aos ativos arrendados (ver nota explicativa nº 9).

As movimentações do imobilizado são as seguintes:

	Saldos em 31 de dezembro de 2014	Aquisições	Transferências	Baixas	Depreciações	Saldos em 31 de dezembro de 2015
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.304	-	-	-	(961)	343
Máquinas e equipamentos	682	26	-	-	(240)	468
Instalações	64	-	-	-	(14)	50
Móveis e utensílios	1.014	17	-	-	(154)	877
Veículos	230	-	-	(197)	(33)	-
Equipamentos de informática	5.748	1.319	2.021	(3)	(2.702)	6.383
Arrendamento de equipamentos	13.226	-	10.260	-	(4.500)	18.986
Imobilizado em andamento	1.864	13.706	(14.845)	-	-	725
Total	24.132	15.068	(2.564)	(200)	(8.604)	27.832

7 Intangível

	Taxa média anual de amortização - %	31.12.2015		31.12.2014	
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Base de dados (a)	20	96.323	(95.716)	607	6.334
Cartórios (a)	20	395.109	(176.321)	218.788	176.591
Juntas comerciais e ações cíveis (a)	20	39.705	(17.889)	21.816	18.064
Outras informações adquiridas (a)	20	24.524	(18.536)	5.988	4.210
Marcas, direitos, patentes e outros	-	130	-	130	130
Software	20	50.491	(29.387)	21.104	23.933
Arrendamento de softwares para o "mainframe"	20	15.678	(6.006)	9.672	7.204
Mão de obra	20	8.546	(1.850)	6.696	3.995
Ágio em combinação de negócios	-	110.182	-	110.182	110.182
Contrato vantajoso de uso de imóvel	20	1.964	(1.807)	157	556
Intangível identificado em combinação de negócios	10	25.349	(11.687)	13.662	16.212
Intangível em andamento	-	4.976	-	4.976	5.036
Total		772.977	(359.199)	413.778	372.447

- (a) Referem-se a aquisições de informações para incremento e desenvolvimento de bancos de dados utilizados nas consultas dos serviços prestados pela Sociedade e que são capitalizados e amortizados dentro do período correspondente à utilização dessas informações. A base de mensuração da amortização é fundamentada no prazo legal de exibição das informações, de cinco anos, conforme o parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei nº 8.078 do Código de Defesa do Consumidor, de 11 de setembro de 1990.

As movimentações do intangível são as seguintes:

	Saldos em 31 de dezembro de 2014	Aquisição	Transferências	Baixas	Amortizações	Saldos em 31 de dezembro de 2015
Base de dados	6.334	-	-	-	(5.727)	607
Cartórios	176.591	109.642	-	-	(67.445)	218.788
Juntas comerciais e ações cíveis	18.064	10.554	-	-	(6.802)	21.816
Outras informações adquiridas	4.210	3.583	30	-	(1.835)	5.988
Marcas, direitos, patentes e outros	130	-	-	-	-	130
Software	23.933	5.240	596	-	(8.665)	21.104
Arrendamento de softwares	7.204	-	5.093	-	(2.625)	9.672
Mão de obra	3.995	4.098	-	-	(1.397)	6.696
Ágio em combinação de negócios	110.182	-	-	-	-	110.182
Contrato vantajoso de uso de imóvel	556	-	-	-	(399)	157
Intangível identificado em combinação de negócios	16.212	-	-	-	(2.550)	13.662
Intangível em andamento	5.036	3.095	(3.155)	-	-	4.976
Total	372.447	136.212	2.564	-	(97.445)	413.778

8 Fornecedores

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$38.331 (R\$30.368 em 31 de dezembro de 2014), refere-se à aquisição de serviços relacionados às atividades normais da Sociedade, tais como aquisição de bens, serviços de postagem de correspondências, manutenção de software e hardware e consultorias diversas, entre outros. A conta de fornecedores é um instrumento financeiro classificado como empréstimos e recebíveis.

9 Empréstimos e financiamentos

Instituição Financeira	Data da contratação	Encargos	Prazo	2015	2014
Banco Nacional Desenvolvimento Social (a)	2015	Selic + 3,15% / TJLP + 3,95%	72 meses	10.660	-
Banco IBM - arrendamentos financeiros (b)	2012 a 2014	9,12% e 14,44% a.a.	24 a 60 meses	<u>19.053</u>	<u>17.383</u>
Total				<u><u>29.713</u></u>	<u><u>17.383</u></u>
Passivo circulante				8.366	9.058
Passivo não circulante				21.347	8.325

O saldo do não circulante em 31 de dezembro de 2015 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano	Valores
2017	8.366
2018	5.280
2019	3.550
2020	2.621
2021	<u>1.530</u>
Total	<u><u>21.347</u></u>

A movimentação dos empréstimos é assim representada:

Saldo em 31/12/2014	17.383
Novas contratações	22.220
Pagamento de principal	(11.011)
Pagamentos juros	(1.447)
Juros provisionados	2.789
Custos pagos	(259)
Custos provisionados	38
Saldo em 31/12/2015	<u>29.713</u>

- (a) Em 3 de março de 2014 foi aprovado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES a contratação de linha crédito no valor de R\$ 36.175 para investimentos em renovação tecnológica e operacional, através do programa BNDES Prosoft. Referida operação possui prazo de 72 meses, sendo que 24 meses para carência e na sequência 48 parcelas mensais. Em 19 de junho de 2015 foi disponibilizado o crédito no montante de R\$10.484.

Os “Covenants” financeiros da operação são: “Ownership”, restrição de concessão de mútuo com Empresas, distribuição de dividendos, dívida Líquida/Ebitda < 2,5x, Ebitda/Desp. Financeiras > 3,0x e patrimônio líquido mínimo: 50% Ativo Total. Como garantia foram cedidos os direitos creditórios de contratos de serviços.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Sociedade atendeu aos covenants da operação listada acima.

- (b) Não há cláusulas de “covenants” financeiros e cessão de garantia.

Os empréstimos e financiamentos são instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

10 Debêntures

As debêntures emitidas estão compostas da seguinte forma:

	31/12/2015	31/12/2014
Debêntures	125.000	75.000
(-) Custo com debêntures a apropriar	(1.847)	(955)
Juros sobre debêntures	<u>6.927</u>	<u>2.862</u>
Total	<u>130.080</u>	<u>76.907</u>
Circulante	18.958	2.634
Não circulante	111.122	74.273

Em 26 de fevereiro de 2014, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a realização da 1ª emissão de debêntures simples da Sociedade, não conversíveis em ações, em série única, todas escriturais, da espécie quirografária, sendo 7.500 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10, com valor total da emissão de R\$75.000.

O valor principal será pago em 6 parcelas semestrais a partir de setembro de 2016, e os juros são pagos semestralmente, desde de março de 2014. As debêntures não são objeto de repactuação programada.

As debêntures mencionadas acima são remuneradas a taxa correspondente a 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (“taxa DI”), acrescida de 1,92% ao ano (base 252 dias úteis).

Em 28 de julho de 2015, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a realização da 2ª emissão de debêntures simples da Sociedade, não conversíveis em ações, em 2 séries, todas escriturais, da espécie quirografária, sendo 40.000 debêntures da Primeira Série e 40.000 debêntures de Segunda Série, com valor nominal unitário de R\$1 e valor total da emissão de R\$80.000. Em setembro de 2015, a Sociedade recebeu R\$50.000 e o saldo remanescente será recebido em Janeiro de 2016.

O valor principal será pago em 7 parcelas semestrais a partir de julho de 2017, e os juros são pagos semestralmente desde de agosto de 2014. As debêntures não são objeto de repactuação programada.

As debêntures referente a Segunda emissão são remuneradas a taxa correspondente a 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (“taxa DI”), acrescida de 2,35% ao ano (base 252 dias úteis).

A movimentação das debêntures é assim representada:

Saldo em 31/12/2014	76.907
Captações	50.000
Pagamentos juros	(10.520)
Juros provisionados	14.585
Custos pagos	(1.206)
Custos apropriados	<u>314</u>
Saldo em 31/12/2015	<u>130.080</u>

O saldo do não circulante das debêntures em 31 de dezembro de 2015 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano	Valores
2017	32.143
2018	39.286
2019	26.786
2020	14.286
Total	<u>112.501</u>
Comissão a apropriar	<u>(1.378)</u>
Saldo em 31/12/2015	<u><u>111.122</u></u>

1ª e 2ª emissão - “covenants”

As obrigações da Sociedade com relação à 1ª e 2ª emissão de debêntures serão garantidas nos termos do Instrumento Particular de Escritura da Emissão de Debêntures Simples celebrado entre a Sociedade e Agente Fiduciário. A Sociedade será obrigada a realizar uma oferta de resgate antecipado, a todos os debenturistas, caso descumpra, o índice financeiro determinado contratualmente: Dívida Líquida/EBITDA < 2,5x.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Sociedade atendeu aos covenants da operação listado acima.

A Sociedade está proibida à concessão de mútuos pela Emissora a qualquer outra sociedade, integrante ou não do mesmo grupo econômico a que pertence a Emissora em valor individual ou agregado, superior a R\$ 5.000.

A Sociedade estará desobrigada da realização de resgate antecipado caso os debenturistas representados por 75% das debêntures totais autorizem em Assembleia a não realização do resgate antecipado.

As debêntures são instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

11 Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais

	31.12.2015	31.12.2014
Provisão para férias e encargos sobre férias	7.851	9.062
Programa de participação nos resultados - PPR	8.000	7.762
Encargos sociais	2.813	3.242
Outros	<u>538</u>	<u>555</u>
Total	<u><u>19.202</u></u>	<u><u>20.621</u></u>

12 Partes relacionadas

	31.12.2015	31.12.2014
Ativos com partes relacionadas		
Indenizações a receber - perdas cíveis (a)	236	1.327
Total	<u>236</u>	<u>1.327</u>
Passivo		
Contas a pagar com partes relacionadas		
Comunicação, eletricidade, água e despesas prediais (b)	300	1.456
Banco de dados adquirido (c)	-	1.398
Contrato de Mútuo (d)	17.061	-
Total	<u>17.361</u>	<u>2.854</u>
Receita de serviços (e)	13.671	10.523
Despesa		
Comunicação, eletricidade, água e despesas prediais (b)	(1.828)	(1.344)
Contrato de Mútuo (d)	(2.054)	(317)
Total	<u>(3.882)</u>	<u>(1.661)</u>

- (a) Referem-se a perdas cíveis provenientes do negócio do Serviço Central de Proteção ao Crédito - SCPC anteriores a 1º de novembro de 2010, que são de responsabilidade da Associação Comercial de São Paulo e que serão reembolsados.
- (b) Referem-se ao rateio de despesas gerais de ocupação dos andares em que a Sociedade se encontra, cujas instalações pertencem à Associação Comercial de São Paulo.
- (c) Refere-se à aquisição de banco de dados da Associação Comercial de São Paulo, cujos pagamentos terminaram em novembro de 2015.
- (d) Refere-se ao contrato de mútuo no valor de R\$15.000 firmado entre as partes em Janeiro de 2015 para pagamento em 12 parcelas com início em janeiro de 2016, com encargos financeiros calculados pela variação do CDI acrescido de 1,4% ao ano.
- (e) Referem-se a prestação de serviços de consulta de dados dos Acionistas.

As transações com a Associação Comercial de São Paulo - ACSP acionista da Sociedade, são realizadas com base em condições negociadas entre as partes, as quais poderiam ser diferentes caso tivessem sido realizadas com partes não relacionadas.

12.1 Contratos de comodato

- (a) Em 1º de março de 2012, foi assinado contrato de comodato entre a Associação Comercial de São Paulo - ACSP (“Comodante”) e a Sociedade (“Comodatária”), em que a Comodante gratuitamente empresta o edifício situado na Rua Boa Vista, 51, Centro, São Paulo - SP, do 1º ao 5º andar e do subsolo ao 2º andar. O prazo do presente contrato é de três anos, a contar de 1º de novembro de 2010, prorrogado por até mais três anos.
- (b) Em 31 de maio de 2011, foi assinado contrato de comodato entre a Equifax do Brasil Ltda. (“Comodante”) e a Sociedade (“Comodatária”), em que a Comodante dá em comodato o edifício situado na Rua Teixeira da Silva, 217, Bela Vista, São Paulo - SP. O prazo do presente contrato é de cinco anos, a contar de 31 de maio de 2011.

12.2 Remuneração dos Administradores

Em 31 de dezembro de 2015, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros e assistência médica), contabilizados na rubrica “Despesas administrativas e gerais”.

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Sociedade, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, em R\$5.439 (R\$5.109 em 2014). No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os gastos foram de R\$4.638 (R\$4.589 em 2014).

13 Provisão para contingências

A Sociedade está envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para eventuais perdas decorrentes desses processos é estimada pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos em decorrência desses processos.

Por meio do histórico de processos encerrados, foram apurados os percentuais de procedência, procedência em parte e improcedência dos processos do Juizado Especial e da Justiça Comum e foi calculado o valor médio pago nos processos procedentes e procedentes em parte. A provisão apurada é o resultado da estimativa de processos que representam a perda provável da carteira.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	11.697	1.029	1.209	13.935
Adições	1.992	2.098	1.280	5.370
Baixas	(3.423)	-	(225)	(3.648)
Reversões	(2.965)	-	-	(2.965)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>7.301</u>	<u>3.127</u>	<u>2.264</u>	<u>12.692</u>

As ações cíveis, em sua maior parte, são decorrentes de processos levantados contra a Sociedade no Estado do Rio Grande do Sul requerendo indenizações por danos morais em face da existência de “score” de seus clientes. “Score” é uma ferramenta estatística que auxilia na análise e concessão do crédito.

A contingência fiscal é decorrente, substancialmente, de liminar referente a suspensão da inclusão de ISS da base de cálculo de PIS e da COFINS no montante de R\$1.631 e liminar referente a suspensão de inclusão de verbas de natureza indenizatória da base de cálculo da contribuição previdenciária (INSS) no montante de R\$ 1.496.

A Sociedade está envolvida em outros processos judiciais de natureza cível e trabalhista no montante de R\$ 4.987 (R\$ 2.800 em 31 de dezembro de 2014), cuja estimativa de perda foi considerada possível na opinião de seus consultores jurídicos e, portanto, não foram provisionados em 31 de dezembro de 2015.

Em razão de auto de infração, lavrado pela Receita Federal do Brasil em dezembro de 2015, a Sociedade discute a amortização do ágio de incorporação originado do acervo patrimonial vertido da aquisição da Equifax do Brasil Ltda. e amortização de base de dados originado do acervo patrimonial vertido pelo aumento de capital integralizado pela Associação Comercial de São Paulo. O valor do auto de infração é de R\$ 33.144. A Sociedade apresentou impugnação dentro do prazo legal e aguarda apreciação das razões de defesa pela Delegacia de Julgamento correspondente. A probabilidade de êxito da discussão é considerada "possível" pelos advogados responsáveis e, por esse motivo nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o capital social, no montante de R\$142.127, é representado por 117.648 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição do capital social da Sociedade é como segue:

Acionistas	Capital Social	%
Associação Comercial de São Paulo - ACSP	73.110	51,44
Bureau de Crédito do Brasil Participações S.A.	42.283	29,75
Equifax Holdings do Brasil Ltda.	21.319	15,00
Associação Comercial do Paraná, Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro e Câmara dos Dirigentes Lojistas de Porto Alegre	5.415	3,81
Total	<u>142.127</u>	<u>100,00</u>

b. Reservas de capital

Reserva de bônus de subscrição

Em 31 de maio de 2011, foi emitido bônus de subscrição, aprovado pelos acionistas na AGE na mesma data, subscrito e integralizado pela Equifax Funding LLC ("Beneficiária"), pelo valor de R\$1, que assegura à Beneficiária o direito de subscrever quantas ações preferenciais possam ser subscritas e integralizadas por ela, por meio da conversão em capital do principal, e/ou dos juros e/ou de outras quantias quaisquer devidas nos termos do contrato de empréstimo conversível celebrado entre a Sociedade e a Beneficiária, limitadas a 320.000 ações preferenciais, por um período de cinco anos.

Ágio e valor justo de combinação de negócios

O total de R\$136.330 inclui a diferença de R\$8.080 entre o valor do patrimônio líquido contábil incorporado a valor contábil e o valor do aumento de capital e o ágio e os valores justos no processo de aquisição e combinação de negócios da Equifax do Brasil Ltda., no montante de R\$128.250.

O valor de aquisição de R\$157.650, deduzido do patrimônio líquido incorporado de R\$29.400, totalizou R\$128.250.

c. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

Retenção de lucros

Os lucros remanescentes, após a constituição da reserva legal e destinação do dividendo mínimo obrigatório, são mantidos na rubrica “Retenção de lucros” à disposição da Assembleia Geral, para sua destinação.

Os prejuízos de 2015 e 2014 foram absorvidos por esta reserva.

d. Dividendo mínimo obrigatório

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício nos termos da Lei das Sociedades por Ações, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Durante os exercícios de 2015 e 2014 não foi gerado lucro líquido para distribuição.

15 Impostos de renda e contribuição social

a. Tributos diferidos

	31.12.2015	31.12.2014
Diferenças temporárias - provisões diversas (i)	40.978	41.187
Arrendamento mercantil financeiro	16.955	9.681
Prejuízo fiscal e base negativa de IRPJ	43.557	18.976
Base de cálculo IRPJ	101.490	69.844
Diferenças temporárias - provisões diversas (i)	40.978	41.187
Arrendamento mercantil financeiro	16.955	9.681
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	47.168	18.976
Base de cálculo CSLL	105.101	69.844
Alíquota vigente	34%	34%
Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos	34.831	23.747
Impostos de renda e contribuição social diferidos passivos (ii)	(14.504)	(11.199)
Ativo diferido líquido	20.327	12.548

(i) Referem-se a provisões para comunicação, eletricidade, água, despesas prediais, PPR, provisão para créditos de liquidação duvidosa, serviços prestados, repasses, encargos trabalhistas e benefícios a funcionários.

(ii) Refere-se, substancialmente, ao imposto de renda e à contribuição social diferidos passivos sobre os ativos intangíveis identificáveis adquiridos na combinação de negócios com a Equifax do Brasil Ltda.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Sociedade, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal serão realizados em 2017.

b. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva

A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e da contribuição social é demonstrada como segue:

	31.12.2015	31.12.2014
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(27.742)	(12.032)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social de acordo com a alíquota vigente	9.432	4.091
Resultado de eventos da incorporação da Equifax do Brasil Ltda.	(324)	(441)
Outras adições e exclusões permanentes	(1.329)	(377)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	7.779	3.273

16 Receita líquida de serviços

	31.12.2015	31.12.2014
Receita bruta de serviços (a)	593.481	536.526
Descontos comerciais e cancelamentos de faturamentos	(6.991)	(4.969)
Impostos sobre serviços - PIS, COFINS e ISSQN	(80.985)	(73.764)
Total	505.505	457.793

- (a) Os principais serviços prestados são produtos, cartas e consultas para suporte às atividades creditícia e de proteção ao crédito, incluindo consultoria, desenvolvimento de sistemas e projetos e elaboração e venda de pesquisas, e desenvolvimento e exploração comercial de soluções de meios de pagamento em geral.

17 Custos, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas por natureza

Abaixo apresentamos os saldos de custos, despesas com vendas e despesas gerais administrativas conforme classificado na composição do resultado do exercício:

	31.12.2015	31.12.2014
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	(343.935)	(287.121)
Despesas com vendas	(77.237)	(84.491)
Despesas gerais e administrativas	(91.726)	(92.166)
Outras receitas (despesas) operacionais	(225)	(2.337)
	(513.123)	(461.441)

Abaixo apresentamos a abertura analítica por natureza:

	31.12.2015	31.12.2014
Gastos com pessoal	(118.419)	(118.552)
Impressão e postagens	(125.932)	(107.490)
Depreciação e amortização	(106.049)	(88.964)
Créditos de pis/cofins sobre depreciação e amortização	2.070	2.477
Despesas prediais	(40.523)	(30.016)
Despesas com manutenção	(25.694)	(21.811)
Despesas com vendas	(16.025)	(19.040)
Serviços de terceiros	(11.324)	(17.397)
Plataforma certificado digital	(23.205)	(16.551)
Remuneração de entidades	(16.285)	(15.650)
Honorários advocatícios	(15.695)	(11.149)
Provisão para perdas trabalhistas e cíveis	(2.405)	(7.814)
Base de dados	(5.867)	(3.874)
Despesas de marketing	(1.674)	(2.555)
Custo de SMS	(2.411)	(312)
Despesas com comunicações	(1.409)	(2.227)
Provisão para créditos e liquidação duvidosa	(1.380)	(717)
Outros	(896)	(111)
	<u>(513.123)</u>	<u>(461.441)</u>
Total	<u>(513.123)</u>	<u>(461.441)</u>

18 Resultado Financeiro

	31.12.2015	31.12.2014
Receitas financeiras:		
Juros e multas	1.025	1.185
Rendimentos sobre aplicações	673	696
	<u>1.698</u>	<u>1.881</u>
Despesas financeiras:		
Juros e multas passivos	(607)	(507)
Com arrendamento mercantil	(2.789)	(1.342)
Encargos financeiros sobre empréstimo - conta garantida	(3.841)	(785)
Encargos financeiros sobre debêntures	(14.585)	(7.631)
	<u>(21.822)</u>	<u>(10.265)</u>
Total	<u>(20.124)</u>	<u>(8.384)</u>

19 Prejuízo por ação básico e diluído

Básico

Calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias como segue:

	31.12.2015	31.12.2014
Prejuízo do exercício atribuível aos proprietários da Sociedade e utilizado na apuração do prejuízo líquido básico por ação	(19.963)	(8.759)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo líquido básico por ação	117.648	117.648
	<u>(169,68)</u>	<u>(74,45)</u>
Prejuízo líquido básico por ação - R\$	<u>(169,68)</u>	<u>(74,45)</u>

Diluído

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo diluído por ação é conciliada com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, como segue:

	31.12.2015	31.12.2014
Prejuízo utilizado na apuração do prejuízo diluído por ação	<u>(19.963)</u>	<u>(8.759)</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação	117.648	117.648
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção com base em ações	2.574	1.544
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo diluído por ação	<u>120.222</u>	<u>119.192</u>
Prejuízo por ação diluído - R\$	<u><u>(166,05)</u></u>	<u><u>(73,49)</u></u>

20 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Sociedade possui instrumentos financeiros cujos valores de mercado das operações ativas e passivas não diferem substancialmente daqueles reconhecidos nas demonstrações financeiras, tendo em vista sua natureza de curto prazo, sendo eles aplicações financeiras, contas a receber, depósitos judiciais, saldos com partes relacionadas, arrendamento financeiro e fornecedores. Os saldos contábeis destes instrumentos financeiros já estão divulgados nas respectivas notas explicativas.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

Os principais riscos são os seguintes:

Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados aos clientes. O saldo a receber de clientes é denominado em reais e está distribuído em diversos clientes. A Administração da Sociedade monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante análise de crédito dos clientes e constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Sociedade não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos, em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Sociedade é monitorado diariamente para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessário, sejam suficientes para manutenção do seu cronograma de compromissos, mitigando, assim, os riscos de liquidez para a Sociedade.

A tabela a seguir mostra o prazo de vencimento contratual restante dos ativos e passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais:

	<u>Ativos financeiros</u>		<u>Passivos Financeiros</u>		
	Aplicações financeiras	Contas a receber	Debêntures	BNDES	Arrendamento Financeiro
2016	2.158	80.756	18.958	176	8.255
2017	-	-	32.143	1.092	7.436
2018	-	-	39.286	2.621	2.653
2019	-	-	26.786	2.621	930
2020	-	-	12.908	2.621	-
2021	-	-	-	1.529	-
Total	2.158	80.756	130.080	10.660	19.274

A Sociedade possui deficiência de capital circulante líquido de R\$ 24.324 e dentre as alternativas de curto prazo para equalização desta situação está a captação de recursos junto a terceiros com vencimento de longo prazo, e se necessário, a obtenção de recursos adicionais de acionistas.

Risco dos ativos e passivos financeiros

Decorre da possibilidade de a Sociedade estar sujeita aos ganhos ou às perdas de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca manter seus ativos e passivos financeiros com os mesmos indexadores.

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Sociedade revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

O valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima do contábil e a Sociedade não está apresentando a análise de sensibilidade em função de que não há riscos de mercado significativos em seus instrumentos.

21 Benefícios a funcionários

A Sociedade oferece a seus funcionários benefícios de complementação de aposentadoria, implementados a partir de 1º de novembro de 2011. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas. Em função das alterações do plano em 2015, não houve necessidade de aporte no período (R\$173 em 2014).

22 Cobertura de seguros

A Sociedade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade possuía apólices de seguro com indenização máxima prevista de R\$ 95.549 (R\$ 89.286 em 31 de dezembro de 2014), para cobertura de danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, incêndio e roubos e furtos qualificados de bens.

23 Plano de opção com base em ações

Por meio de AGE realizada em 29 de fevereiro de 2012, foi aprovado um plano de opção de compra de ações da Sociedade, por meio do qual foi outorgada aos administradores, e funcionários em posição de comando (beneficiários) a possibilidade de aquisição de ações da Sociedade, observadas determinadas condições (“Plano de Opção”).

O Plano de Opção, que é administrado pelo Comitê Executivo da Sociedade, objetiva estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Sociedade.

As ações que poderão ser adquiridas no âmbito do Plano de Opção não excederão 10% do capital social total da Sociedade, desde que o número de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano de Opção esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Sociedade.

O preço de exercício das opções é o valor justo de mercado das ações a serem adquiridas, conforme determinado pelo Comitê Executivo da Sociedade, e a metodologia utilizada para determinar o valor presente (da perspectiva de “trader” da opção), associado ao direito de adquirir uma ação a um preço prefixado durante um período preestabelecido, é a Black-Scholes-Merton, que considera a volatilidade das ações; a taxa livre de risco e a taxa de dividendos permanecem constantes ao longo do tempo.

Características do plano de opção:

- Concessão - início em 2012, antes do evento de liquidez.
- Preço do exercício - R\$ 8.800,00 corrigido pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.
- Elegíveis - principais executivos e pessoas chave.
- Total de ações do plano = 5.148.
- Período de “vesting”:
 - 1º ano Aquisição de 5% dos direitos
 - 2º ano Aquisição de 10% dos direitos
 - 3º ano Aquisição de 15% dos direitos
 - 4º ano Aquisição de 20% dos direitos
 - 5º ano Aquisição de 25% dos direitos
 - 6º ano Aquisição de 25% dos direitos

Em 31 de dezembro de 2015 a empresa possui registrado em seu passivo o montante de R\$ 8.327 (R\$ 6.276 em 31 de dezembro de 2014).

24 Transações não envolvendo caixa

A Sociedade realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa. Portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	31.12.2015	31.12.2014
Aquisição de intangíveis e imobilizado por arrendamento financeiro a pagar	9.690	12.439
Aquisição de intangíveis e imobilizado - fornecedores a pagar	4.378	2.621

25 Outros assuntos

Em 10 de janeiro de 2015 foi publicada a Lei Estadual do Estado de São Paulo nº 15.659 que altera o procedimento atual de inclusão dos consumidores nos cadastros de proteção ao crédito. De acordo com esta legislação, esta inclusão deverá ser previamente comunicada por escrito e comprovada com aviso de recebimento. A Lei também estabelece a exigência de que os serviços de proteção ao crédito excluam as informações que estejam incorretas ou inexatas de seus registros dos bancos de dados no prazo máximo de dois dias, e também, a exigência de que os credores disponibilizem documentos que atestem a natureza da dívida, sua exigibilidade e a inadimplência por parte dos consumidores, anteriormente à efetiva negativação.

A mencionada Lei Estadual fere o Artigo 24, parágrafos 1º e 3º, da Constituição Federal, ao estabelecer novas e contraditórias normas gerais em matéria já regulada por lei federal, no caso o Artigo 43 do CDC. Com base nesse argumento, a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5224/SP), perante o Supremo Tribunal Federal (STF). Em momento posterior, a CNC e o Governador do Estado de São Paulo, também ingressaram com ADIs visando o mesmo efeito.

A comunicação por AR custa quase seis vezes mais do que a comunicação via carta simples. Este custo, porém, está sendo repassado aos credores conforme cláusula contratual específica para esta operação.